



2026

V.19

História da Historiografia

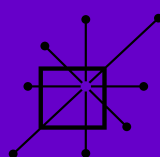
International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



FAPEMIG



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Artigo Original

AO

União Ibérica na Historiografia Portuguesa. Da
História Social à Global History





União Ibérica na Historiografia Portuguesa. Da História Social à *Global History*

Iberian Union in Portuguese Historiography. From Social History to Global History.

Alirio Cardoso

alirio.cc@ufma.br

<https://orcid.org/0000-0002-5577-6792> 

Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas/ Departamento de História, São Luís, MA, Brasil.

**Resumo**

A chamada União Ibérica (1580-1640), época da integração dos territórios lusos à Monarquia Hispânica, sempre foi objeto privilegiado da historiografia portuguesa, que analisou o período sob diversos aspectos. Desde uma perspectiva claramente nacionalista, em finais do século XIX, passando por fórmulas interpretativas ligadas à novas correntes da história social e econômica, entre os anos 1960 e 1980, o tema é um excelente estudo de caso sobre as próprias mudanças ocorridas no cenário intelectual português. Nos anos 2000, entretanto, os trabalhos têm sido impactados, cada vez mais, por movimentos historiográficos, como a Global History; a Atlantic History e as Connect Histories, produzindo uma interpretação mais atenta aos territórios extra-europeus, incluindo aqui a América portuguesa. O objetivo deste artigo é discutir o impacto das Histórias Conectadas na Historiografia portuguesa, a partir dos trabalhos produzidos, entre os anos 1990 e 2010, sobre a União Ibérica.

Palavras-chave

Historiografia portuguesa; Península Ibérica; Restauração portuguesa.

Abstract

The so-called Iberian Union (1580-1640), the time of the integration of the Portuguese territories to the Hispanic Monarchy, has always been a privileged object of Portuguese historiography, which analyzed the period under various aspects. From a clearly nationalistic perspective, in the late nineteenth century, through interpretative formulas linked to the new currents of social and economic history, between the years 1960 and 1980, the theme is an excellent case study about the changes that occurred in the Portuguese intellectual scenario. In the 2000s, however, the works have been increasingly impacted by historiographical movements such as Global History; Atlantic History and Connected Histories, producing a more attentive interpretation of extra-European territories, including Portuguese America. The objective of this article is to discuss the impact of Connected Histories in Portuguese Historiography, from the works produced between 1990 and 2010 on the Iberian Union.

Keywords

Portuguese historiography; Iberian Peninsula; Portuguese Restoration.

Do antiunionismo à História Social e Econômica

Nem todos os episódios na História de Portugal são tão controversos quanto a integração do país à Monarquia Hispânica, processo conhecido na historiografia luso-brasileira como União Ibérica (1580-1640). Na historiografia, mas também na literatura e nas artes, entre o final do século XIX e início do século XX, há uma consolidada memória nacional do evento, claramente ligada à projeção de um nacionalismo *avant la lettre*, cuja simbologia estará presente na inauguração, em 1886, do “Monumento dos Restauradores”, na cidade de Lisboa, que associa imagens da Restauração Brigantina (1640) com a expulsão dos Holandeses do Brasil, em 1654, reprodução em pedra de conceitos caros à escrita da História de então: nacionalismo, liberdade e independência (TORGAL, 1996; TRINDADE, 2008). Com efeito, os intelectuais desse período não estavam apenas preocupados em compreender os processos coevos e advindos da união dinástica, mas estavam fortemente inclinados a discutir a formação nacional, a prevalência do Estado e a afirmação de uma identidade portuguesa frente ao sistema europeu (TRINDADE, 2008).

Desta forma, a historiografia portuguesa do século XIX havia inaugurado uma interpretação sensivelmente anticastelhana, antiolivarista e antiunionista que influenciou sobremaneira a produção histórica e historiográfica posterior. A tese principal: nos 60 anos que durou a união, houve uma interrupção a natural evolução da política, cultura e economia lusas. Na célebre História de Portugal nos séculos XVII e XVIII (1858), Luiz Augusto Rebello da Silva formulou com mais nitidez a noção segundo a qual a união dinástica teria sido um período de decadência cultural e política, e o fim do governo Habsburgo representado como um momento de “libertação da nação”. Em outra obra do mesmo autor, a Memória sobre a população e a agricultura de Portugal (1868), Rebello da Silva explica que além de prejuízos políticos, sociais e culturais, a União também trouxera danos econômicos. Para o autor, a grande exposição dos portos lusos aos “inimigos” de Castela, sobretudo holandeses e ingleses, havia sido causas de importante estagnação comercial e fiscal a atingir as primeiras décadas do século XVII, ocasião de uma importante regressão da balança portuguesa e aumento das despesas do Estado (SILVA, 1868, p. 291-295). No mesmo sentido, para José Miguel Ventura, autor de Estudos sobre Economia Política (1868), a paz de 1668 trouxe uma série de benefícios fiscais para Portugal, momento em que os “embaraços” da relação com Espanha ganhavam outros capítulos. Para este autor, a Restauração de 1640, além de significar liberdade política, representou também independência econômica (VENTURA, 1868, p. 268).

A União Ibérica enseja um excepcional estudo de caso para pensarmos as mudanças ocorridas na própria historiografia portuguesa entre os séculos XIX e XX. Os tópicos principais desse debate, formação do estado-nação, centralização político-administrativa, poder real, formação das elites e construção de poderes locais, não são questões tão distintas na comparação com os demais

países europeus. Contudo, no caso da nação portuguesa, as interações históricas com Espanha, a mobilidade constante entre seus habitantes, o problema das fronteiras e, inclusive, os atritos e acordos entre as possessões ultramarinas, agregariam mais elementos ao quadro historiográfico da União. Nesse caso, o estudo sobre Brasil, Angola, Filipinas, Canárias, Caribe ou Peru forneciam níveis de complexidade à compreensão do fenômeno (VALLADARES, 1993, p. 151-172; VENTURA, 1997; LUCAS VILLANUEVA, 2001, p. 173-198; LUXÁN MELÉNDEZ, 1993, p. 127-134; MARQUES, 2009; MARQUES, 1989; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, 2011; MARTINIÈRE, 1991, p. 143-169).

O objetivo deste artigo é discutir o panorama historiográfico sobre a União Ibérica a partir da produção em Portugal entre os anos 1991 e 2010. Esse recorte está intimamente relacionado com o surgimento de um novo olhar sobre os anos da integração monárquica, com estudos que consideram dinâmicas transnacionais, processos atlânticos, novos personagens e recortes sociais mais horizontais. O foco deste estudo são livros, capítulos de livro e artigos produzidos por historiadores portugueses que tiveram considerável impacto entre os pesquisadores do tema. Por uma questão metodológica, não trataremos diretamente da rica contribuição dos lusitanistas e brasilianistas, historiadores ingleses, espanhóis, indianos, italianos e norte-americanos que ajudaram a estabelecer novos rumos ao estudo das monarquias conectadas, nomeadamente a integração de Portugal ao sistema ibérico. Entretanto, não há como negar o impacto que a reflexão de autores como Sanjay Subrahmanyam (2007, p. 1359-1385), John Elliott (2010), Martínez Hernández, I. A. Thompson, Rafael Valladares, Fernando Bouza, Jean-Frédéric Schaub, Gaetano Sabatini (2010), José Manuel Santos e Stuart Schwartz, para citar alguns. A ideia central que permeia este texto é de que a circulação mais horizontal de historiadores pelo espaço europeu, a partir dos anos 1990, inclusive advindos do chamado Sul-Global, favoreceu a imersão da historiografia lusa em tendências historiográficas mais ligadas a dinâmicas atlânticas e transnacionais.

Sem dúvida, centros de estudos da expansão oceânica portuguesa, como o Centro de Estudios Brasileños da Universidad de Salamanca, ou cátedras como a Charles Boxer vinculada ao King's College da Universidade de Londres, ampliaram os olhares possíveis sobre o impacto mundial da União Ibérica. Nesse sentido, apesar de não ser o escopo deste trabalho, há contribuições relevantíssimas de historiadores não portugueses ligados a esses centros. Rafael Valladares (2012), por exemplo, argumentou ter sido o estudo da Monarquia Hispânica fundamental para os projetos historiográficos de natureza global, transacional e comparada, desde Henry Berr e Fred Morrow Flinn até John Elliott, passando, claro, por Fernand Braudel. No mesmo sentido, Serge Gruzinski (2014) argumenta que a "mundialização" foi uma política de estado durante os governos Habsburgos, interessados em reforçar não apenas laços econômicos e militares, mas também culturais e políticos entre as quatro partes do mundo conhecidas. Nesse sentido, retornamos de certa forma a um conhecido debate sobre a natureza da própria Monarquia Hispânica e a possibilidade das conexões

como estratégia global e não mera consequência de ações isoladas, polêmica historiográfica cara para autores como Parker (1998), Allen (2001), Pagden (1991). Alguns trabalhos coletivos têm repensado essa perspectiva à luz do impacto de indivíduos e regiões fora do centro de poder da Monarquia Hispânica, pensando essa natureza conectada de forma mais horizontal, ao relativizar conceitos considerados anacrônicos de “pátria”, “nacionalismo” ou mesmo “nação” (ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO & GARCÍA CARCÍA, 2004).

É relativamente consensual que o fim do Estado Novo (1933-1974) significou também uma abertura de Portugal à novas influências no campo acadêmico e científico, mas também na própria historiográfica (TENGARRINHA, José & LÓPEZ, 1997, p. 19-63; MARTINHO, 2019; CRUZEIRO, 2011; TEIXEIRA, 2012). Com efeito, houve uma recepção tardia e assimétrica de tendências historiográficas como a escola dos Annales em Portugal entre os anos 1960 e 1980. Esse processo ainda merece um trabalho mais sistemático. Entretanto, o marco fundamental dessa tendência foi a tese de doutoramento de Vitorino Magalhaes Godinho apresentada à Universidade de Paris, em 1958, intitulada *Os descobrimentos e a economia mundial* (NETO, 2017, p. 124-143; MATOS, 1990; NUNES, 1996; TORGAL, 1995). A História Social e Econômica exerceu notável influência sobre a reflexão lusa a partir dos anos de 1960. Os leitores portugueses de Henri Pirenne, Marc Bloch, Lucien Febvre, La Blache, Pierre Janet, entre outros, redimensionaram o valor da dimensão econômica e material na interpretação dos fenômenos e processos. Os trabalhos posteriores de Godinho, sobretudo, seu monumental *Os descobrimentos e a economia mundial* (1963-1970), livro resultado da tese de 1958, mas também o seu relevante *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII* (1990), fomentaram debates e metodologias até então inéditas em Portugal, com amplo uso de documentação manuscrita, método transdisciplinar e a construção de um modelo de compreensão da História transnacional de Portugal ao avaliar os impactos de regiões não europeias e não condicionadas à noção anacrônica de estado-nação, mas alicerçando noções como economia-mundo, História Atlântica ou economia oceânica. Assim, sob influência de Godinho, mas também Oliveira Marques e Joel Serrão foi criada quase ao mesmo tempo a *Revista de História Económica e Social* (1978) e Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), em 1980 (COSTA; LAINS; MIRANDA, 2011).

Nas primeiras décadas do século XX, ainda ganhava sobrevida interpretações de orientação fortemente antiunionista na historiografia portuguesa. Na década de 1940, esta interpretação de gosto nacionalista estava francamente presente nos trabalhos publicados na ocasião das comemorações dos trezentos anos da “Revolução de 1640” (BOUZA, 1991, p. 223-246). Por outro lado, Jaime Cortesão, no seu *A geografia e a economia da Restauração* (1940), já começa a discutir questões que só seriam retomadas bem mais tarde. Cortesão, historiador português residente no Brasil, relaciona nitidamente a Restauração Portuguesa aos interesses econômicos de uma “burguesia”

luso-brasileira. Segundo essa tese, os comerciantes envolvidos com o negócio do açúcar, antes coincidentes com a política atlântica castelhana, logo encontrariam maiores vantagens na debilidade de um governo brigantino pendente de legitimação. No final das contas, essa opção seria explicada como produto de um cálculo político necessário à superação dos entraves para a livre circulação do emergente mercado brasileiro (CORTESÃO, 1940, p. 55-57).

Antes disso, Joaquim Veríssimo Serrão, no seu *Portugueses no estudo de Salamanca*, já havia destacado os intensos intercâmbios no mundo letrado hispano-luso, tema que será retomado em outros termos por estudos dos anos 1990 e 2000. Nessa obra, Serrão também já admitia a presença de certo processo de castelhanização entre os setores elitizados da sociedade portuguesa, uma tendência anterior à união dinástica (SERRÃO, 1962). Esse é o período em que a historiografia de países não europeus passa a reivindicar protagonismo analítico sobre o tema. Em São Paulo, no Brasil, surge a inovadora tese de cátedra de Eduardo D'Oliveira França, *Portugal na época da Restauração* (1951). D'Oliveira França, antigo assistente de Fernand Braudel na Universidade de São Paulo, traça um ambicioso quadro cultural da época da ascensão dos Bragança, reconstruindo o perfil do "homem barroco" e do ideal de "hidalguía". Essas premissas, inspiradas claramente em trabalhos de autores como Huizinga e Lucien Febvre, têm como resultado um ensaio que, pela primeira vez, abordou o tema da união dinástica a partir da perspectiva da nascente "História das Mentalidades" (FRANÇA, 1997). No final deste período, surge também o impressionante trabalho de João Francisco Marques sobre a oratória sacra da Restauração Portuguesa. Nessa obra, seu autor cartografou e analisou os principais tópicos retórico-religiosos construídos entre 1640 e 1668, nomeadamente sermonistas e tratadistas que circularam pelos domínios ultramarinos.

Há muitas formas alternativas de proceder a um estudo como este. Para efeitos estritamente metodológicos, separamos dois grandes grupos de historiadores que, de uma forma ou de outra, ocuparam-se da União Ibérica. Em primeiro lugar, uma historiografia que, a partir dos anos 1990, discutiu a Corte e sua relação ambígua com o poder monárquico. Esses historiadores estavam preocupados em revisitar noções basais sobre o poder real e seus limites frente a demandas das comunidades, a enfatizar o impacto das revoltas fiscais como contraponto dos poderes de centro. O segundo grupo, a partir dos anos 2000, passa a refletir diretamente sobre as formas de integração portuguesa ao sistema espanhol durante a União. Essa interação ganha uma dimensão atlântica, não mais estava restrita à esfera política, mas atenta à economia, à cultura, bem como a circulação de pessoas e mercadorias, ao incluir o espaço extra-europeu na análise.

Anos 1990: advento de uma nova história política

A partir da década de 1990, os estudos sobre a Monarquia Hispânica são favorecidos pela

emergência de uma nova história político-institucional, cuja base era uma releitura profunda do constitucionalismo luso, da proeminência do Estado, e dos limites do poder real (CARDIM, 1998, p. 129-158). Sem dúvida, os trabalhos de Manoel Hespanha significaram uma quebra de paradigmas em relação aos estudos portugueses dos anos anteriores, em função de uma visão alternativa do poder real e da crítica elegante a noções de Antigo Regime, tais como centralismo absolutista. Com efeito, no seu *Às vésperas do Leviathan* (HESPANHA, 1986) há uma reconhecida crítica aguda à fórmula waberiana de intervencionismo estatal que vemos em autores clássicos como Merêa (1917), Macedo (1963), Saraiva (1957) e Serrão (1980), apresentando a noção de fragmentação jurídico-política como definição mais adequada para a monarquia portuguesa, conceito que tornar-se-ia o eixo focal dos seus trabalhos posteriores (HESPANHA, 2010, 2011, 2017, 2019).

De qualquer forma, o impacto dessa noção de descentralização não deixou de influir em trabalhos monográficos e coletivos sobre a integração de Portugal à Monarquia Hispânica, após os anos 1990. O próprio Hespanha faz um balanço historiográfico para a *Revista Penélope*, centrado mais na representação da Restauração brigantina na historiografia portuguesa, a partir das obras saídas do tricentenário, em 1940. Nesse texto, Hespanha defende a noção segundo a qual o olivismo, entendido como movimentos de centralismo da época do Conde-Duque de Olivares, subverteria tradições políticas e jurídicas “naturais” do reino de Portugal, alicerçadas na descentralização a partir da proeminência dos poderes locais (MONTEIRO, 1996, p. 79-119). A Restauração, então, seria um movimento “constitucionalista” (HESPANHA, 1993, p. 29-63). Tal interpretação, no entanto, mal explica o fenômeno contrário, evidente em anos anteriores ao Primeiro de Dezembro, a adesão aos modelos políticos e econômicos e uma certa castelhanização das elites portuguesas durante a União Ibérica (BOUZA, 1994, p. 83-103). Com efeito, para António de Oliveira, as revoltas fiscais locais, o inconformismo popular eram expressão máxima desse “poder múltiplo” manifesto em rebeliões que tinham como vórtice a rigidez fiscal dos filipes (OLIVEIRA, 1991).

Outros autores recentemente revisitaram essa ampla temática da cultura política em tempos da União. Pedro Cardim avançou consideravelmente sobre o entendimento da linguagem e da dimensão cultural na relação entre os poderes no século XVII, aspectos até então pouco estudados nos anos 1990. Para Cardim, esse período poderia ser definido por uma sociedade fortemente juridizada, capaz de conter tentativas de centralização por parte dos monarcas (CARDIM, 1998). Da mesma forma, a tese de doutoramento de Diogo Ramada Curto tinha como fundamento o estudo da cultura letrada e a circulação da linguagem imperial, durante o período da união dinástica, e valorizou sobremaneira o estudo da liturgia e do cerimonial como estratégias de exercício do poder, mas também como contraponto ao poder real e ao monopólio da violência pela força dos ritos da cultura popular (CURTO, 2011). Por seu turno, Nuno Monteiro, também em tese de doutoramento, investiu na análise de um pacto de conformação entre nobreza e realza, cujo objetivo era manter

uma certa harmonia na distribuição de graças e funções (MONTEIRO, 1995). Em outra dissertação doutoral, Mafalda Soares da Cunha sofisticou essa análise ao discutir o caso das redes clientelares ligadas à Casa de Bragança, atestando a grande dependência que tinham os reis relativamente às demandas das nobrezas locais, que impactavam inclusive na formação dos exércitos do rei (CUNHA, 1997).

Inspirados nos trabalhos de Hespanha, muitas vezes atentos a uma leitura crítica do poder multipolar em Foucault, esses trabalhos dos anos 1990 tinham como base fundamental a ideia de que a administração portuguesa de Antigo Regime, apesar da abrangência de sua estrutura imperial, funcionaria a partir de noções como descentralização e pluralidade jurídico-administrativa, uma reação geracional relativamente a leituras clássicas da centralidade monárquica, como as de Joaquim Serrão e Mattoso (SERRÃO, 2001, p. 317-318; MATOSO, 1997, p. 221). Essa tendência historiográfica também investe na comparação entre áreas coloniais, e na compreensão das muitas alternativas possíveis na relação dinâmica entre os “poderes locais” e os “poderes do centro” (MONTEIRO, 1996, p. 121-175). Essas obras não tratam diretamente sobre o tema da união dinástica, preferindo a análise de quadros administrativos, jurídicos e econômicos mais amplos, entre os séculos XVI e XVIII. Por outro lado, tais análises ajudaram a definir melhor o ambiente político-jurídico que possibilitou a união de Coroas. Ao realizar uma síntese do sistema judicial das conquistas ultramarinas, Nuno Camarinhas, a partir de um exímio trabalho de prosopografia, admite que essa fragmentação jurídico-política do centro do poder acabou por atribuir funções e poderes nas mãos dos próprios juízes distribuídos pelo mundo português, ao tornar, na prática o a administração central do poder, difusa, distante e essencialmente descentralizada, o que incluía o período propriamente da União das Coroas (CAMARINHAS, 2010, p. 164-5).

É verdade que esse renovado interesse pelas fórmulas “imperiais” de administração e, ao mesmo tempo, pelas mudanças ocorridas em função de circunstâncias locais, já estava presente em obras anteriores de influentes historiadores e cientistas sociais de outros países, que tiveram impacto sobre a produção nacional lusa, entre eles, Bartolomé Clavero (1979, 1991), José António Maravall, John Elliott, Charles Boxer, Stuart Schwartz (1979). A compreensão dessa dinâmica também não negligenciou os temas econômicos, agora revisitados a partir de uma ótica menos relacionada à noção de dependência “metrópole-colônia”, ou do chamado “sistema colonial”, e mais favorável a uma visão multipolar da Monarquia Hispânica, incluindo sua interação com as dinâmicas portuguesas (ELLIOTT, 2010).

Embora não seja o foco desse artigo, é incontornável uma menção à Historiografia brasileira que, quer seja nas monografias individuais, ou nos trabalhos coletivos, tem renovado o ambiente acadêmico sobre o “império colonial português” ao visitar velhas fórmulas da administração, dos negócios e da cultura política. Esses trabalhos ajudaram a construir uma versão mais verossímil

das camadas em que eram distribuídas as graças, privilégios e os poderes nas terras de ultramar, mais atentos, portanto, à ação dos potentados locais, das elites regionais, das câmaras, e das justiças, mas também sobre o papel de sujeitos escravizados e subalternizados nas dinâmicas da economia atlântica (FRAGOSO; BICALHO; GOUVEA, 2001; FRAGOSO, 2009; FURTADO, 2001; SOUZA; FURTADO; BICALHO, 2009; SOUZA, 2006; BICALHO, 2003; SOUZA, 2007). Por outro lado, são trabalhos com olhar mais sensível às dinâmicas e contradições das econômicas menos ortodoxas presentes nas rotas atlânticas da América Portuguesa, para além da noção de Antigo Sistema Colonial formulado por Fernando Novais (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001; FERLINI, 2010; FRAGOSO, 1998; MARQUESE, 2012; FRAGOSO & GOUVÊA, 2010). Faltam muitos estudos sobre circulação acadêmica, formação de grupos de pesquisa internacionais, estabelecimento de convênios institucionais, ou mesmo sobre cursos em cotutela, movimentos que possam atestar fluência mais horizontal dos acadêmicos brasileiros na Europa e, por conseguinte, a influência mútua entre as duas historiografias, mais ainda, para contextos específicos como o século XVII ou XVIII (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999; IGLESIAS, 2000; KANTOR, 2004).

A partir dos anos 2000, para além da crítica à noção weberiana de Estado, ao conceito de Absolutismo, e ao estudo mais consolidado das oposições dos poderes locais aos intentos centralistas do poder monárquico, a historiografia portuguesa passa a tratar diretamente do problema da União Ibérica. Esses novos estudos representam um renovado interesse pelas dinâmicas atlânticas. Essa reavaliação da integração lusa ao sistema monárquico espanhol estava, de certa forma, presente na crítica nos estudos, como foi dito anteriormente, da oposição das comunidades ao olivarismo dos anos 1630. Com efeito, em muitos trabalhos do início do século XXI, o dezembro de 1640 não passaria a ser apenas um problema tão somente português, mas um importante componente de um debate mais geral sobre a existência de um suposto projeto Habsburgo de união de povos e armas intra e extra-europeu (ALLEN, 2001; PAGDEN, 1997; PARKER, 2002, p. 321-346).

Atlantic History e as Histórias Conectadas

Nos últimos anos, os estudos produzidos em Portugal sobre a União Ibérica estão a enfatizar processos mais globais, transoceânicos e transfronteiriços, ao atribuir grande ênfase aos territórios e indivíduos de outros integrantes da Monarquia Hispânica. A partir dos anos 2000, os historiadores lusos integraram-se de forma mais evidente a movimentos intelectuais continentais, nomeadamente a emergência de tendências ligadas a *Global History*, *Atlantic History* e *Connected Histories*, em uma vigorosa crítica à importância atribuída por historiadores do século passado à formação do estado-nação (CASTRO-GÓMEZ, 1998; PRAKASH, 1994, p. 1475-1490; XAVIER, 2018, p. 189-206; ARMITAGE, 2014, p. 206-217; GAMES, 2006, p. 741-757). Com efeito, a

aproximação entre os autores procurou não ignorar as grandes diferenças de abordagens, temáticas ou preferências teóricas. Entretanto, as Histórias Conectadas são entendidas nesse estudo como um campo historiográfico mais amplo, embora também uma escolha metodológica, na medida em que lida, ao mesmo tempo, com as alternativas formuladas dentro dos jogos de escala (GINZBURG, 2005, p. 657-669). Os estudos sobre a Monarquia Hispânica fornecem boas entradas e estratégias informando sobre processos mais horizontais, com recorte espacial menos arbitrário, posto que definido pela interação ou fluxo entre as partes (SANTOS PÉREZ, 2016; VALLADARES, 1993, p. 151-172). Dessa forma, os trabalhos aqui discutidos parecem mais críticos aos limites do estado-nação, às abordagens das histórias nacionais e às armadilhas do próprio nacionalismo (GIL PUJOL, 2005; CARDIM, 2004, p. 355-383). Portanto, são pesquisas mais centradas na circulação, contato, contaminação, fluxos e redes de intercâmbios sincrônicos capazes de impactar mutuamente pessoas, economias, ideias e comunidades, apesar, novamente, da grande diversidade dos trabalhos discutidos aqui (GRUZINSKI, 2001, p. 85-117; SUBRAHMANYAN, 2007, p. 1359-1385).

Com efeito, esses historiadores participam de um esforço geral de compreensão das dinâmicas imperiais, muito além do próprio território europeu, ao propor aproximações com América, África e Ásia, além do estudo das conexões entre as partes. Dito de outra forma, para além da dimensão europeia, a União Ibérica passa a ser um problema global, o que explica a emergência de importantes trabalhos de diversos lusitanistas de outras nações (VALLADARES, 2001; SCHAUB, 2004; CARDIM, 2004, p. 117-156; MARQUES, 2009; VENTURA, 1997; RUSSELL-WOOD, 2002, p. 105-142; MOLHO; CURTO, 2003, p. 569-579; GRUZINSKI, 2004; CARDOSO, 2017). Essa nova fase dos estudos da união monárquica coincide com o momento de maior inserção de Portugal no próprio sistema europeu, acompanhando consequências políticas, econômicas e sociais desse processo de europeização objetivado pela União Europeia (TEIXEIRA, 2012). Desse modo, passam a ser cada vez mais indispensáveis os estudos de caráter comparativo, de modo a traçar um perfil mais verossímil sobre o fenômeno dos “impérios conectados”. (ELLIOTT, 2010; GRUZINSKI, 2001, p. 85-117; SUBRAHMANYAN, 2007, p. 1359-1385). Nessas aproximações, há estudos de fôlego no sentido de pensar a organização do “império”, menos como opressão e supressão e mais em termos de uma “Monarquia policêntrica”, como sugerem Cardim, Ruiz Ibáñez e Sabatini, ao buscar compreender em que nível ocorria o reforço da identidade entre as partes (CARDIM; RUIZ; IBÁÑEZ, 2016; SABATINI, 2010).

Como parece claro até aqui, houve uma evidente atlantização dos estudos portugueses nas últimas duas décadas. Entretanto, é necessário dizer que a própria definição de uma Atlantic History ainda comporta certa dose de ambiguidade. Trata-se de um campo ainda difuso, com variados significados no interior de cada escola historiográfica, não imune a críticas pontuais quanto a eventuais generalidades, como tem apontado diversos autores (ARMITAGE, 2017, p. 85-110;

BAYLIN, 2005; FERNANDES; KALIL, 2011; GAMES, 2000, p. 741-757). Se confiarmos na proposta de tipologia tripartite formulada por Armitage, que divide os estudos sobre a questão em história cis-atlântica, circum-atlântica e trans-atlântica, é possível dizer que os historiadores portugueses operam nas três tipologias, mas com ênfase sobre a cis-atlântica, ao privilegiar não o estudo de regiões específicas, mas as trocas e intercâmbios síncronos dentro de um mesmo grande sistema (ARMITAGE, 2014, p. 206-217). Nesse sentido, a História Atlântica em Portugal associou-se com os estudos já em curso sobre o chamado “império” comercial português, mas agora com ênfase na circulação de indivíduos, produtos, políticas e ideias, não apenas as consequências de tais movimentos para Portugal continental (RODRIGUES, 2012, p. 111-127; VENTURA, 1997; VENTURA, 2005; BARROS, 2008). Dessa forma, a historiografia portuguesa redimensionou muitos lugares-comuns do estudo da união dinástica, ao abordar de maneira dinâmica e inovadora o problema das mudanças institucionais, culturais, e a dimensão da representação do poder (CURTO, 2011; CARDIM, 2004, pp. 117-156; CARDIM, 1998; OLIVEIRA, 1990; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, 2011).

Outra questão fundamental é a mudança da postura dos historiadores sobre o próprio papel que Portugal teria exercido durante os sessenta anos da União. A integração à Monarquia Hispânica, apesar do seu caráter político-dinástico, e muitas vezes militar, também pode ser considerada uma expressão tardia da dinamização dos circuitos oceânicos a partir do século XV, chamemos isso de “mundialização”, “ocidentalização” ou até mesmo “globalização” (GRUZINSKI, 2004; PUTNAM, 2006, p. 615-630; GINZBURG, 2005, p. 657-669). Assim, estava claro que a união dinástica poderia criar com o tempo uma rede comercial interdependente entre Portugueses e Espanhóis, entre outros integrantes da Monarquia Habsburgo. Além disso, outros trabalhos passam a enfatizar o fato de que, muito antes do vínculo monárquico, Portugal e Espanha já compartilhavam interesses comuns no mundo oceânico, ao participar de um mesmo movimento global (MOLHO; CURTO, 2003, p. 569-579; CARDIM, 2004, pp. 117-156; CARDIM, 2017). Com efeito, aos olhos de muitos comerciantes portugueses, as vantagens dessa relação eram claras: o acesso à circulação de mercadorias do Vice-Reinado do Peru, ou ao fluxo da prata hispano-americana.

De modo geral, portugueses e espanhóis são muito mais colaboradores que grandes rivais no complexo oceânico, associados de diversas maneiras para conter o avanço francês, inglês e holandês no Novo Mundo, antes mesmo da união dinástica (VILLANUEVA, 2001, p. 173-198). Evidentemente, não se pode exagerar essas relações amistosas. Durante todo o período, houve exemplos de rivalidade e conflitos por espaço de atuação, principalmente nas fronteiras. Entretanto, a Monarquia Hispânica foi frequentemente considerada uma oportunidade entre os contemporâneos, às vezes para obtenção de prestígio político, outras vezes de riqueza fácil, como foi o caso dos grandes e médios traficantes que atuavam nas rotas atlânticas. Para esses negociantes, quer sejam de Cartagena de Índias, quer sejam de Buenos Aires, a Restauração Portuguesa não parece

ter representado muito mais que um imenso prejuízo. Com efeito, esses estudos têm reavaliado seriamente a influência espanhola, durante a união monárquica, não apenas na economia e na política, mas também na cultura letrada, nas artes, na cultura militar, entre outros temas (FLORES; CARDIM, 2023, p. 600-623; CARDIM; COSTA; CUNHA, 2013; MEGIANI, 2003).

Tal como dissemos antes, o papel do Brasil nesse cenário global foi também reavaliado. Com efeito, certas conexões entre as regiões do “império” foram retomadas em novos termos. No período da união monárquica, como se sabe, os mercados do Rio de Janeiro e de Buenos Aires se relacionavam de maneira simbiótica, interdependentes de prata, escravos e grãos, com a participação ativa de ricos imigrantes portugueses na cidade castelhana (CANABRAVA, 1984; TEJERINA, 2004; CRESPO SOLANA, 2009). Tais relações impossibilitam levar a sério o mito oitocentista de um anticastelhanismo ortodoxo, ou como chamou Bouza Alvarez, o mito do “Antiunionismo iberista” (BOUZA, 1991, p. 223-249). No caso brasileiro, há já estudos de fôlego dedicados às operadas entre os espaços atlânticos que estão a enfatizar regiões antes consideradas periféricas e isoladas das grandes dinâmicas oceânicas, como seria o caso de São Paulo do século XVII ou da Amazônia portuguesa (CARDOSO, 2017; CHAMBOULEYRON, 2006, p. 11-22; IBAÑEZ, 2016; MONTEIRO, 2002; RUIZ, 2004; VILARDAGA, 2010), mas também projetos coletivos envolvendo brasileiros, portugueses e espanhóis, interessados em uma versão mais verossímil do processo de integração das conquistas ultramarinas nos negócios transnacionais da Monarquia Hispânica (YUN CASALILLA, 2009; MEGIANI; SANTOS PÉREZ; SILVA, 2014; SANTOS PÉREZ; MEGIANI; RUIZ-PEINADO ALONSO, 2020).

Tal como salientamos até aqui, entre os anos 1990 e 2010, a historiografia portuguesa passou por mudanças consideráveis relativamente à visão geral sobre a União Ibérica. Antes vista como período de decadência política e econômica, opressão e supressão das comunidades locais, essa nova fase de estudos privilegia agora a pesquisa sobre os contatos e intercâmbios transacionais, possibilitados pela situação de co-vassalagem no interior do mosaico que era a Monarquia Hispânica. Essa nova forma de ver a união dinástica coincidiu exatamente com a maior integração dos portugueses a grupos de pesquisa internacionais e ao maior fomento das investigações no âmbito europeu. Em entrevista concedida exatamente ao professor Pedro Cardim, Manuel Hespanha tem exatamente essa impressão, quando perguntado sobre a importância da “institucionalização” da pesquisa em Portugal. Hespanha, lembra nesse ponto o papel da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT-FCT) que, a partir dos anos 1990, consolidou-se como órgão financiador de pesquisa, não apenas no apoio a projetos individuais, mas principalmente no incentivo aos grandes projetos coletivos, muitas vezes transacionais, como afirma Hespanha, “discutir em comum questões que surgiam, a partilhar o tempo em conjunto, a sentir-se membro de uma equipa” (CARDIM & HESPANHA, 2011, p. p. 439).

Sem dúvida, os fenômenos de internacionalização e institucionalização das pesquisas em Portugal, no âmbito europeu, favoreceram o desenvolvimento de outros olhares relativamente à União Ibérica. Ao analisar as principais mudanças na historiografia lusa, entre os anos 1990 e 2010, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha elencam três características definidoras do momento atual: a) aumento considerável do financiamento e disponibilização de bolsas; b) investimento nacional em doutoramento no campo da História (antes dos anos 2000 eram menos de 15 teses defendidas ao ano em todo o país; c) integração dos pesquisadores locais aos centros internacionais. Nesse processo, foi fundamental a atuação direta de órgãos de fomento nacionais, como a Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT), ou a Fundação Calouste Gulbenkian, mas também internacionais, com financiamento europeu, nomeadamente, a European Science Foundation (ESF). Ao final, a integração de Portugal à Monarquia Hispânica é identificada como um exemplo claro desse processo, de como um tema em específico sofreu relevantes mudanças no seu enfoque e diretrizes gerais, em relativamente tão pouco tempo (CARDIM; CUNHA, 2012, p. 146-163). Segundo os autores:

Até meados da década de 1980, este foi um período pouco estudado pela historiografia portuguesa e, sempre que era alvo de investigações, nele predominavam as abordagens estritamente nacionais. No entanto, o surgimento de uma série de estudos realizados por historiadores estrangeiros revolucionou a maneira como o tema era abordado. Matizando o peso do quadro nacional e comparando o caso português com o de outros territórios que também integraram a monarquia dos Habsburgos, esses estudos acabaram por impulsionar a investigação realizada em Portugal. (CARDIM; CUNHA, 2012, p. 160).

De fato, um dos temas centrais entre os historiadores lusos que se ocuparam da União Ibérica, no período analisado, é a crítica à determinada versão sobre o estado-nação, nomeadamente, à definição liberal, depois weberiana, da formação do Estado, em geral, e do português, em particular. Por isso, uma miríade de historiadores portugueses revisita esse período, a partir dos anos 1990, a partir da ênfase em conexões, uniões, circulação, empréstimos e influências entre Portugal continental e o mundo oceânico português, mas também espanhol. Portanto, a ideia fundamental que guiou esse texto é pensar a pesquisa sobre a integração de Portugal à Monarquia Hispânica como um estudo de caso a partir do qual é possível compreender mudanças essenciais ocorridas na historiografia lusa, em geral. De uma certa forma, tais mudanças emergiam também não apenas na comunidade acadêmica, mas significativamente na sociedade civil, nos anos de maior integração do país a um sistema europeu que ainda buscava sua identidade. O período entre 1580 e 1640 significou, para todos os efeitos, uma das maiores uniões de reinos da História Moderna (ELLIOTT, 1991, p. 48-71). Chamado de União Ibérica, Portugal Católico, Portugal hispânico, o estudo desse período pode contribuir para a própria compreensão dos níveis de conexão entre lugares distantes, no fundo, a repensar a própria noção centro-periferia na História.

Referências

- ALLEN, Paul C. **Felipe III y la Pax Hispanica**, 1598-1621. El fracaso de la gran estrategia. Madri: Alianza Editorial, 2001.
- ARMITAGE, David. The Atlantic Ocean. In: ARMITAGE, D.; BSHFORD, A.; SIVASUNDARAM, S. (Orgs.). **Oceanic Histories**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 85-110, 2017.
- ARMITAGE, David. Três conceitos de História Atlântica. **História Unisinos**, São Leopoldo, n. 18(2), p. 206-217, mai-ago, 2014.
- ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARROS, Edval de Souza. **Negócios de tanta importância**. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores/CHAM, 2008.
- BAYLIN, Bernard. **Atlantic History: Concepts and Contours**. Cambridge: Harvard Press University, 2005.
- BETHENCOURT, Francisco. Configurações políticas e Poderes Locais. In: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). **A Expansão Marítima Portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, pp. 207-264, 2010.
- BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império**: O Rio de Janeiro no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús. 1640 perante o Estatuto de Tomar. Memória e Juízo do Portugal dos Filipes. **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, Lisboa, nº 9/10, pp. 17-27, 1993.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús. Entre dos Reinos, una patria rebelde: fidalgos portugueses en la Monarquía Hispánica después de 1640. **Estudis**. Revista de História Moderna, nº 20, pp. 83-103, 1994.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús. Gramática de la Crisis. Una nota sobre la historiografía del 1640 hispánico entre 1940 y 1990. **Cuadernos de Historia Moderna**, Madri, nº 11, pp. 223-249, 1991.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. **Portugal no Tempo dos Filipes**. Política, Cultura, Representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- BUESCO, Ana Isabel. Aspectos do bilinguismo português-castellano na época moderna". **Hispania**, vol. LXIV/1, nº 216, pp. 13-38, 2004.
- CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da Justiça no Antigo Regime**. Portugal e o seu Império, séculos XVII-XVIII. Lisboa: FCT-Gulbenkian, 2010.
- CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata** (1580-1640). São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- CARDIM, Pedro & HESPANHA, Manuel. Entrevista a António Hespanha. **Análise Social**, Lisboa, n. 46, vol. 200, p. 430-445, 2011.
- CARDIM, Pedro & SABATINI, Gaetano. "António Vieira e o universalismo dos séculos XVI e XVII". In: CARDIM, Pedro & SABATINI, Gaetano (Orgs.). **António Vieira, Roma e o universalismo das monarquias portuguesa e espanhola**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores/Università Degli Studi Roma Tre/Red Columnaria, pp. 13-27, 2011.
- CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- CARDIM, Pedro. Los portugueses frente a la Monarquía Hispánica. In: ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio & GARCÍA CARCÍA, Bernardo J. (Orgs.). **La Monarquía de las Naciones**. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, p. 355-383, 2004.
- CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. **Hispania**, Madri, vol. LXIV, nº 216, p. 117-156, 2004.
- CARDIM, Pedro. **Portugal y la Monarquía Hispánica** (ca. 1550-ca. 1715). Madrid: marcial Pons, 2017.
- CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). **Portugal na Monarquia Hispânica**. Dinâmicas de integração e conflito. História das monarquias ibéricas. Lisboa, CHAM/FCSH-UNL/UAç; CIDEHUS/UE, GHES/UTL, Red Columnaria, 2013.
- CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. A internacionalização da historiografia em Portugal no século XXI. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 146-163, 2012



- CARDOSO, Alípio. **Amazônia na Monarquia Hispânica**. Maranhão e Grão Pará nos tempos da União Ibérica, 1580-1655. São Paulo: Alameda, 2017.
- CARDOSO, José Luís. O pensamento económico na Época da Restauração. **Penélope**. Fazer e Desfazer a História, Lisboa, nº 9/10, p. 135-149, 1993.
- CORTESÃO, Jaime. **O Ultramar Português depois da Restauração**. Lisboa: Portugália Editora, 1971.
- COSTA, Fernando Dores. **A Guerra da Restauração, 1641-1668**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- COSTA, Fernando Dores. Interpreting the Portuguese war of Restoration (1641-1668), in a Europe context. **E-Jornal of Portuguese History**, Lisboa, vol. 3, nº 1, 2005.
- CRESPO SOLANA, Ana. **Mercaderes atlânticos**. Redes del comercio flamenco y holandés entre Europa y el Caribe. Córdoba: Universidad de Córdoba/CajaSur Publicaciones, 2009.
- CURTO, Diogo Ramada. **A cultura política em Portugal (1578-1642)**. Comportamentos, ritos e negócios. Lisboa, Tese (Doutorado em Sociologia Histórica), Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)**. Lisboa: edições 70, 2011.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**. Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquista y colonización de la Amazonia Portuguesa (siglo XVII)". In: SANTOS PÉREZ, José Manuel & PETIT, Pere (Eds). **La Amazonia Brasileña en Perspectiva histórica**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca/Aquilafuente, p. 11-22, 2006.
- DONATTINI, Massimo. "Orizzonti geografici dell'editoria italiana (1493-1560)". In: REINHARD, Wolfgang & PROSPERI, Adriano (Orgs.). **Il Nuovo mondo nella coscienza italiana e tedesca del Cinquecento**. Bologna: Il Mulino, p. 79-154, 1992.
- ELLIOTT, John H.. A Europe of composite monarchies. **Past and Present**, Oxford, nº. 137, p. 48-71, nov. 1992.
- ELLIOTT, John H.. **España, Europa y el Mundo de Ultramar (1500-1800)**. Madri: Taurus, 2010.
- FERNANDES, L. E. de O.; KALIL, L. G. História Atlântica e intelectualidade: uma entrevista com Jorge Cañizares-Esguerra. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 14-28, 2011.
- FLORES, Jorge; CARDIM, Pedro. An imperial formation joins a composite polity: the Portuguese Empire and the information system of the Hispanic Monarchy (1580-1640). **European Review of History: Revue européenne d'histoire**, Londres, vol. 30, p. 600-623, 2023.
- FRAGOSO, J. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, Niteroi, vol. 14, nº 27, p. 29-64, 2009.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **Arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. de Fátima. **Na Trama das Redes**. Política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **Na Trama das Redes: política e negócio no Império português. Séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **O brasileiro entre outros hispanos**. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1975.
- FURTADO, Júnia (Ed.). **Diálogos Oceânicos**. Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- GAMES, Alison. Atlantic History: definitions, challenges, and opportunities. **The American Historical Review**, Chicago, v. 111, n. 3, p. 741-757, jun. 2006.

- GARCÍA GARCÍA, José Bernardo. **La Pax Hispanica**. Política exterior del Duque de Lerma. Leuven: Leuven University Press, 1996.
- GARCÍA HERNÁN, Enrique & MAFFI, Davide (Eds). **Guerra y Sociedad en la Monarquía Hispánica**. Política, estrategia y cultura en la Europa Moderna (1500-1700). 2 vols. Madrid: Laberinto/Fundación Mapfre/CSIC, 2006.
- GARCÍA HERNÁN, Enrique; ÁNGEL DE BUNES, Miguel; RECIO MORALES, Óscar; GARCÍA GARCÍA, Bernardo J. (Orgs). **Irlanda y la Monarquía Hispánica: Kinsale 1601-2001**. Guerra, política, exilio y religión. Madrid: Universidad de Alcalá/CSIC, 2002.
- GENTILE, Sebastiano. **Firenze e la scoperta dell'America**. Umanesimo e geografia nell'400. Firenze: Olschki, 1992.
- GIL PUJOL, Xavier. Un rey, una fe, muchas naciones. Patria y nación en la España de los siglos XVI y XVII. In: ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio & GARCÍA GARCÍA, Bernardo J. (Eds). **La Monarquía de las Naciones**. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, p. 39-76, 2004.
- GINZBURG, Carlo. "Memoria e Globalizzazione". **Quaderni Storici**, Bolonha, nº 120, ano XL, fasc. 3, p. 657-669, dez. 2005.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria**, utopia e prática de navegar (séculos XIII-XVIII). Lisboa: DIFEL, 1990.
- GOMEZ-CENTURION JIMENEZ, Carlos. **Felipe II**, la empresa de Inglaterra y el comercio septentrional (1566-1609). Madrid: Editorial Naval, 1988.
- GRUZINSKI, Serge. Le mondes mêles de la monarchie catholique et autres 'connected histories'. **Annales**. Histoires, sciences sociales, Paris, nº 1, p. 85-117, 2001.
- GRUZINSKI, Serge. **Les quatre parties du monde**: histoire d'une mondialization. Paris: Éditions de Martinière, 2004.
- GUARNIERI, Giuseppe G. **La Spagna al tempo di Filippo II**. Le navigazioni degli spagnuoli di Castiglia nelle Indie Occidentali e un manoscritto inedito di Orazio Della Rena. Livorno: G. Meucci, 1910.
- HESPAHNA, António Manuel. **Às Vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político. Portugal no século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- IBÁÑEZ BONILLO, Pablo. **La conquista portuguesa del estuario amazónico**. Identidad, guerra, frontera (1612-1654). 2016. Tese de doutorado (História) - Saint Andrews/Sevilla, Universidad Pablo de Olavide, 2016.
- IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: EUFMG/IPEA, 2000.
- KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana. São Paulo: HUCITEC, Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004.
- LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria N. (Eds). **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de. A Colónia portuguesa de Sevilha. Uma ameaça entre a Restauração Portuguesa e a conjuntura de Medina Sidónia? **Penélope**. Fazer e Desfazer a História, Lisboa, nº 9/10, p. 127-134, 1993.
- MARQUES, Guida. **L'Invention du Bresil entre deux monarchies**. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640). 2009, Paris, Tese de doutorado (História), Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2009.
- MARQUES, Guida. O estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope**. Fazer e Desfazer a História, Lisboa, nº. 27, pp. 7-35, 2002.
- MARQUES, João Francisco. **A Parenética Portuguesa e a Restauração**, 1640-1668. A revolta e a mentalidade. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Universidade do Porto, 1989.
- MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (Eds). **Governo, Política e Representações do Poder no Portugal Habsburgo e nos seus Territórios Ultramarinos (1581-1640)**. Lisboa: CHAM/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2011.
- MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico**, 1570-1670. Lisboa: Editorial Estampa, vol.1, 1997.
- McNEILL, J.R. & McNEILL, William H. **Las Redes Humanas**. Una história global del Mundo. Barcelona: Crítica, 2004.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. **O jovem rei encantado**. Expectativas do messianismo régio em Portugal. Séc. XIII-XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MEGIANI, Ana Paula Torres; SANTOS PÉREZ, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei (Orgs). **O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)**: novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014.



- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil**. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 2a edição, 1998.
- MONTEIRO, Nuno G. O central, o local e o inexistente regional. In: OLIVEIRA, César de (Org.). **História dos municípios e do poder local em Portugal dos finais da Idade Média à União Europeia**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 79-119, 1996.
- MONTEIRO, Nuno. Os Conselhos e as Comunidades. In: HESPAÑA, António Manuel (Ed.). **História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)**. Vol. 4. Lisboa: Estampa, 1993.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720**. São Paulo: Fapesp/Hucitec/ Instituto Camões, 2002.
- MUSI, Aurelio. **L'Italia dei viceré**. Integrazione e resistenza nel sistema imperiale spagnolo. Cava dei Tirreni: Avagliano, 2000.
- MUTO, Giovanni. La nobleza napolitana en el contexto de la Monarquía Hispánica: algunos planteamientos. In: YUN CASALILLA, Bartolomé (Ed.). **Las redes del imperio**. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714. Madrid: Marcial Pons/ Universidad Pablo de Olavide, p. 135-171, 2009.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- OCHOA BRUN, Miguel Angel. **Historia de la Diplomacia Española**. La Diplomacia de Felipe II, vol. VI. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 2000.
- OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar/FCT, 2001.
- OLSTEIN, Diego Adrian. **Thinking History Globally: Theory in Practice**. Argentina under Perón (1946-1955), Thinking Globally a National Hist.org. In: Thinking history globally. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 9-32.
- PAGDEN, Anthony. **El imperialismo español y la imaginación política**. Estudios sobre teoría social y política europea e hispanoamericana (1513-1830). Barcelona: Planeta, 1991.
- PAGDEN, Anthony. **Señores de todo el mundo**. Ideologías del imperio en España, Inglaterra y Francia (en los siglos XVI, XVII y XVIII). Barcelona: Ediciones Península, 1997.
- PARKER, Geoffrey (Org.). **La crisis de la Monarquía de Felipe IV**. Barcelona/Valladolid: Editorial Crítica/Universidad de Valladolid, 2006.
- PARKER, Geoffrey. **La gran estrategia de Felipe II**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- PRAKASH Gyan, Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. **The American Historical Review**, Chicago, Vol. 99, No. 5, p. 1475-1490, dez. 1994.
- PRAKASH, Om. Restrictive trading regimes: VOC and the Asian Spice Trade in the Seventeenth Century. In: PEARSON, Michael N. (Org.) **Spices in the Indian Ocean World**. Aldershot: Variorum, p. 317-336, 1996.
- QUIJANO, A. Raza, Etnia y Nación em Mariátegui: cuestiones abiertas. In: MORGUES, R. (Org.). **Mariátegui y Europa: El Otro Aspecto del Descubrimiento**. Lima, Editora Amauta, 1993.
- REBELLO DA SILVA, Luiz Augusto. **Memória sobre a População e a agricultura de Portugal desde a fundação até 1865**. Parte I (de 1097-1640). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.
- RODRIGUES, José Damião. **Histórias atlânticas: os Açores na primeira modernidade**, Lisboa/Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar/Universidade dos Açores, 2012.
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. 1ª parte: historiografia colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- RUIZ GONSALEZ, Rafael. **São Paulo na Monarquia Hispânica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2004.
- RUIZ RIVERA, Julian B. **Encomienda y Mita en Nueva Granada en el siglo XVII**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1975.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R.. **Um Mundo em Movimento**. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Lisboa: DIFEL, 1992.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. Centers and Peripheries in the Luso-Brazilian World, 1500-1808. In: DANIELS, Christine; KENNEDY, Michael V. **Negotiated Empires: centre and peripheries in the Americas, 1500-1820**. Nova York: Routledge, p. 105-142, 2002.

- SABATINI, Gaetano (Org). **Comprendere le Monarchie Iberiche**. Risorse Materiali e rappresentazioni del potere. Roma: Viella, 2010.
- SALGADO, Augusto António Alves. **Portugal e o Atlântico**. Organização militar e acções navais durante o período filipino (1580-1640). 2009. Tese de doutorado (História), Lisboa, Universidade de Lisboa, 2009.
- SANTOS PÉREZ, José Manuel. **Histórias Conectadas**. Ensaios sobre História Global, Comparada e Colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica). Rio de Janeiro: Autografia, 2016.
- SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luís. **Redes y circulación em Brasil durante la Monarquía Hispánica** (1580-1640). Madri: Sílex Universidad, 2020.
- SANTOS, Ricardo Evaristo. **El Brasil Filipino**. 60 años de presencia española en Brasil (1580-1640). Madrid: MAPFRE, 1993.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. **Portugal na Monarquia Hispânica** (1580-1640). Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SCHWARTZ, Stuart. The Voyage of the vassals, royal power, noble obligations, and merchant capital before the Portuguese Restoration of the independence, 1624-1640. **The American Historical Review**, Chicago, vol. 96, nº 3, p. 735-762, jun. 1991.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O reinado de D. António Prior do Crato** (1580-1582). Vol. 1. Coimbra, 1956.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Portugueses no estudo de Salamanca** (1250-1550). Lisboa, 1962.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.
- STELLA, Roseli Santaella. **O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes** (1580-1640). São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 2000.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Explorations in Connected History**: From the Tagus to the Ganges, Delhi: Oxford University Press, 2004.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The portuguese Empire in Asia, 1500-1700**: a political and economic history. Londres/Nova York: Longman, 1993.
- SUBRAHMANYAN, Sanjay. Holding the world in balance: the connected histories of the Iberian Overseas empires, 1500-1640. **American Historical Review**, Chicago, vol. 112, Nº 5, p. 1359-1385, dez. 2007
- SULLÓN BARRETO, Gleydi. Portugueses en el Perú virreinal (1570- 1680): Una aproximación al estado de la cuestión". **Mercvrio Pervano**, Lima, nº 523, p. 116-129, 2010.
- TEIXEIRA, N. S. **The Europeanization of Portuguese Democracy**. New York: Columbia University Press, 2012.
- TEJERINA, Marcela. **Luso-brasileños en el Buenos Aires Virreinal**. Trabajo, negócios e intereses en la plaza naviera y comercial. Bahía Blanca: Editorial de la Universidad Nacional del Sur, 2004.
- TENGARRINHA, José & LÓPEZ, Gema Sousa. La historiografía portuguesa en los últimos veinte años. **Ayer**, Madri, n. 26, p. 19-63, 1997.
- THOMPSON, I.A.A. "Castilla, España y la Monarquía: La comunidad política, de la patria natural a la patria nacional". In: KAGAN, Richard L. & PARKER, Geoffrey (Eds.). **España, Europa y el mundo Atlántico**. Homenaje a John H. Elliott. Madrid: Marcial Pons/Junta de Castilla y León, p. 177-216, 2002.
- TRINDADE, Luís. **O estranho caso do nacionalismo português**. O salazarismo entre a literatura e a política, Lisboa, ICS, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. **Tempo**, Niterói, vol. 14, nº 27, p. 82-100, 2009.
- VALENSI, Lucette. **Fables de la mémoire**. La glorieuse Bataille des trois rois. Paris: Seuil, 1992.
- VALLADARES, Rafael. El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668). **Cuadernos de Historia Moderna**, nº 4, p. 151-172, 1993.
- VALLADARES, Rafael. **La rebelión de Portugal, 1640-1680**. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998.
- VALLADARES, Rafael. **Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668**. Madrid: Arco Libros, 2000.



Informações Adicionais

Biografia profissional:

ALIRIO CARDOSO é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e doutor em História pela Universidad de Salamanca (Espanha, 2012). Integra como Docente Permanente o Programa de Pós-Graduação em “História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes” (PPGHIS-UFMA). Foi Coordenador do PPGHIS-UFMA entre os anos de 2016-2021. É um dos líderes do Grupo de pesquisa do CNPq, GMAD (Estudos do Mundo Atlântico e suas Diásporas). Especialista em História da União Ibérica e História Militar. É autor, entre outros, do livro: *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)*. São Paulo: Alameda, 2017.

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Maranhão, N. 1966, PPGHIS/Curso de História. Av. dos Portugueses, Bairro Bacanga, São Luís -MA. CEP. 65085-580.

Financiamento:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Financiamento código 001.

Agradecimento:

Agradeço aos professores, José Manuel Santos Pérez (Universidad de Salamanca, Espanha) e Pedro Cardim (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) pelas conversas que, anos atrás, foram a origem deste artigo. Agradeço, também, ao Programa de Pós-graduação em “História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes” da UFMA e aos meus bolsistas do programa PIBIC.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

Marque a seção em que o seu artigo se encaixa: (X) Artigo Original

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Iuri Bauler Pereira – Editor executivo

Renata Dal Sasso Freitas – Editora-executiva

Histórico de avaliação

Data de submissão: 19/09/2024

Data de modificação: 28/03/2025

Data de aprovação: 02/04/2025

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

